



■ PAISAGEM URBANA: TERRITÓRIO DA
CIDADE E SIGNOS DO IMAGINÁRIO

Jorge Crichyno

PAISAGEM URBANA

**JORGE
CRICHYNO**

Jorge Crichyno – Arquiteto e urbanista, professor de paisagismo na UFFL, mestrando na UFFL.

RESUMO

O presente artigo aborda a questão da imagem da cidade, enfocando a percepção da paisagem urbana. O texto procura discutir, sob esta ótica, o conceito de imagem enquanto signo de representações, e analisa as conexões entre os padrões estéticos e perceptivos dos especialistas e dos usuários da cidade.

ABSTRACT

This paper approaches the question of the image of the city in perception of urban landscape. From this point of view, focuses some concepts about the urban landscape perception. This analysis intends to establish connections between experts and other participants of a planning process through of visual perception and imagination.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A PAISAGEM

Na perspectiva de considerarmos a evolução dos tempos históricos e a conseqüente simultaneidade com as mudanças nas estruturas políticas, econômicas, tecnológicas e culturais das sociedades humanas, a paisagem tem sido concebida e construída de formas diferenciadas e de cunho peculiar. Os modelos e padrões conceituais propostos têm sido identificados tanto na percepção direta do ambiente natural, quanto da experiência humana no que se refere às formas de intervenção na paisagem cultural.

Como objeto de intervenção, a paisagem revela um leque de diversidade nos padrões culturais e estéticos inerentes às expressões contidas no imaginário social, que encontram significados em valores e apropriações distintas. Nesse quadro, se insere toda a gama de manifestações sociais que buscam perceber e interpretar a realidade da paisagem em transformação.

1 PEREIRA LEITE, M. A.
Faggin, 1982, p. 45.

Assim, a paisagem ao ser classificada pelos especialistas, tanto em sua dimensão natural quanto cultural, tem sido percebida e vivenciada pelos diversos segmentos sociais de forma contraditória, apropriando-se de suportes paisagísticos segundo características e interesses específicos. Essa incessante busca humana de alterar a paisagem, e nela criar os objetos e artefatos de sua concepção e imaginação, motivou o “homem a criar ao seu redor um ambiente que é uma projeção de suas idéias abstratas. Cada momento histórico tem uma paisagem, reflexo da relação circunstancial entre o homem e a natureza e que pode ser vista como a ordenação do ambiente, de acordo com uma imagem ideal”¹

No caso do território brasileiro, a paisagem tem sofrido alterações desde a chegada dos primeiros colonizadores portugueses até a contemporaneidade, onde o processo de interação com o

ambiente natural nem sempre tem sido feita de maneira integrada e harmônica. O legado histórico do paisagismo herdado de origens européias, tem-se mostrado, portanto, inadequado para responder às questões e demandas emergentes em termos sociais e ambientais.

Além disso, com as mudanças ocorridas nas últimas décadas que abalaram os regimes políticos, aliada às novas relações econômicas, contribuíram para a modificação das estruturas, das formas e das funções do espaço social e ambiental, com reflexos sobre a paisagem.²

Por via de conseqüência, as concepções de intervenção na paisagem passaram a incorporar uma maior e intensa conscientização do processo de urbanização das cidades. A interação entre o indivíduo e seu ambiente cultural, através de um processo de vivência social, vem possibilitando um simultâneo contato entre o sujeito interpretante e o signo objeto da interpretação e percepção – a paisagem urbana.

A identificação desse ambiente urbano caracteriza-se por um processo de percepção de signos e de significados relacionados ao imaginário social dos seus habitantes. Etmologicamente, a noção de imagem urbana quase sempre encontra-se associada ao caráter eminentemente visual, entretanto, o signo vem correspondendo a outros sentidos de valor de caráter duplo e dialético.

Essa marca de duplicidade pode ser entendida por um lado, pela metáfora benjaminiana da vitrine. Diferentemente da imagem espelhada, a vitrine (O Flaneur), enquanto signo, abre-se de forma à exteriorização, revelando-se como categorias dialéticas tais como, público/privado, imaginário/imagem, conhecimento/imagem. Por outro lado, o signo pode se representar como valor de substituição de uma coisa por outra que mantém uma

2 SANTOS, Milton, 1979.

3 PEIRCE, C. S. *Collected papers of Charles S. Peirce*. Cambridge: Havard Universitys Press, 1974.

relação de cooperação entre três sujeitos: objeto, signo e interpretante³

Assim, temos a relação entre a imagem da cidade e a construção do imaginário social dos seus habitantes expressa sob a forma de inferências associativas, estabelecidas através de movimentos sinestésicos.⁴ A imagem envolve um processo de construção cognitiva dos indivíduos sobre o ambiente urbano, a partir da assimilação dos fragmentos originados nos órgãos sensoriais.

Reduzir a imagem da cidade e a conseqüente valorização da percepção dos elementos que compõem a memória e o imaginário coletivo social ao seu caráter meramente visual, é reconhecermos que a paisagem urbana corresponde a um produto acabado da visão em si mesma. Ao contrário, a imagem da cidade, é de acordo com Peirce, a construção de um processo cognitivo por parte dos sujeitos participativos, que interpretam o imaginário social presente na realidade urbana, transformando-a.

O ato ou relação de representação dos signos do imaginário da cidade, envolve, pois, a capacidade inata do homem de produzir informação e extrair dela várias associações de idéias, pensamentos e imagens. Essa capacidade é regulada por princípios de associação que são a *contigüidade* e a *similaridade*.

Pela via da aproximação de uma idéia à outra, os signos são construídos pela via da experiência e, por similaridade, é possível a percepção da aproximação de uma idéia à outra por analogias de semelhança do padrão material dos signos. Em outras palavras, ainda segundo Peirce, “a natureza e seus objetos somente parecem inteligíveis na medida em que seus pressupostos são considerados similares a processos do pensamento”⁵

Nesse aspecto, ao percebermos a imagem da cidade e seu valor simbólico significa resgatar a relação entre a continuidade da matéria e sua cognição, ou seja, objetos historicamente

4 CARAMELLA, Elaine, 1993, p. 1. Baseado em palestra proferida no seminário: Cidade e Imaginação PROURB/ IAB-RJ. Semiótica e imagem da cidade.

5 PEIRCE, C. S., 1974.

repletos de significantes são interpretados socialmente pelo imaginário individual e coletivo a partir da vivência dos espaços urbanos.

Portanto, compreender a paisagem urbana em seu significado material, e socialmente percebida enquanto signos representativos do imaginário de seus habitantes, parece configurar-se como um processo importante na apreensão da paisagem culturalmente imaginada e construída.

Com a riqueza de significados existentes no meio urbano, mesmo que nem sempre evidentes, é possível a conexão dos diversos fatos pertencentes a diferentes planos de percepção. Dessa forma, ficam ampliadas as possibilidades de interpretação e compreensão da história e ritmo dos processos sócio culturais da paisagem urbana, identificando suas formas e características.

A CIDADE E OS SIGNOS DO IMAGINÁRIO

A partir da constatação de que as formas e os significados da paisagem urbana resultam do equilíbrio entre múltiplas forças e processos de transformação social e espacial ao longo dos tempos históricos, a cidade tem se revelado como expressão da mistura de estilos de vida e um imbricado de signos inerentes ao imaginário social e cultural dos seus habitantes.⁶

A percepção e a identificação dos espaços urbanos pelos seus usuários aponta para a reflexão sobre os significados simbólicos contidos nessas relações. Como nos afirma Walter Benjamin, acerca do “perder-se no urbano”, os mapas mentais em que se valem os usuários da cidade, possibilita-nos pensar sobre a importância dos percursos e orientação na paisagem urbana. Segundo a concepção benjaminiana, “não saber se orientar numa cidade não significa muito. Perder-se nela, porém, como a gente se perde numa floresta, é coisa que se deve aprender a fazer”⁷ Ou seja, o desenraizamento do usuário ao sentir-se

⁶ CANEVACCI, M., 1993, p. 9.

⁷ BENJAMIN, W., 1971, p. 76.

estrangeiro de um “lugar”, permite-lhe alcançar novas possibilidades de cognição da cidade por intermédio da experiência vivencial.

Dessa forma, querer perder-se na cidade pode também significar a obtenção de algum prazer nisso, pois o cidadão aceitando “ser um estrangeiro e desenraizado no urbano, possivelmente reconstruirá uma identidade própria a partir do estranhamento no aparente familiar, como uma espécie de um passeio turístico pela cidade em busca de novas identidades”⁸ Essa possibilidade poderia ser uma alternativa em favor de uma melhor adequação nos projetos de intervenção da cidade por parte do campo profissional do arquiteto e urbanista, constituindo-se num exercício interessante de vivenciar o espaço urbano, objeto de proposição projetual.

A busca de formas de comunicação urbana, que possa traduzir esse universo tão rico e variado de signos e de significados na imagem da cidade, aponta para a possibilidade de pesquisar a cultura urbana, através de um método de leitura e interpretação da imagem dos espaços urbanos, tomados como um conjunto unitário através de uma abordagem da cultura global. Compreender uma cidade, conforme a afirmação de Canevacci, significa “colher fragmentos e encontrar uma pluralidade de significados. Tudo é cultura num contexto urbano”⁹

O enfoque antropológico sobre o “ethos” da cidade, onde as paisagens reais e virtuais são originadas no conhecimento e na vivência do urbano, revela-nos crenças, comportamentos, valores, estilos de vida e visões de mundo que expressam, de forma explícita ou implícita, onde “o imaginário individual e coletivo se fazem presentes na cidade e no território geográfico do lugar”¹⁰

Nesse sentido, a cidade enquanto estrutura físico-espacial independentemente de outros níveis de percepção, emerge

⁸ Canevacci, M., 1993, p. 15.

⁹ TUAN, Yu- Fu, 1983, p. 35.

¹⁰ TUAN, Yu- Fu, 1983, p. 15.

como cenário próprio da comunicação urbana. Dela surgem as relações com a vida social e de onde aparecem recordações e vínculos afetivos dos cidadãos. As expressões da memória social, quer seja de natureza coletiva ou individual, possibilitam um maior reconhecimento da identidade cultural dos usuários no espaço urbano, referência simbólica denominada de “lugar”¹¹

Por este motivo, Canevacci nos propõe considerar a comunicação urbana como sendo de natureza “dialógica e unidirecional”¹², na qual com o passar do tempo, os códigos urbanos se estratificam e chegam a constituir-se em movimentos comportamentais, tais como a fruição de certos hábitos culturais presentes em áreas centrais das grandes cidades que possuem significado abrangente. Exemplo disso, são os movimentos comportamentais de pessoas em torno dos bares e restaurantes abertos possibilitando encontros sociais para reuniões e conversas.

A tentativa de estabelecer um pressuposto metodológico, capaz de referenciar a importância da comunicação visual e semiológica na apreensão do contexto urbano, tem possibilitado ao mesmo tempo verificar que as representações de valor simbólico no imaginário social por si mesmas não são suficientes, uma vez que há outros códigos intervenientes no processo de vida social. Cabe destacarmos, entretanto, que esta constatação não deve desconsiderar que, por vezes, as coisas mais opacas e implícitas existentes na cultura urbana contemporânea são as que nos são mais familiares, porque nos envolvem diretamente com a vida cotidiana do universo do real e pessoal.

Exemplo significativo deste paradoxo com relação ao binômio visível/invisível presente nas estruturas da paisagem urbana, consiste no reconhecimento de um método empírico capaz de ser constatável, que reside na idéia da “observação observadora”

11 Tuan, Yu- Fu, 1983, p. 7.

12 Canevacci, M., 1993, p. 43.

13 idem.

da cidade e dos seus elementos estruturadores pelos seus habitantes, onde se estabelece efetivamente o sentido da comunicação. Nessa concepção, o cidadão não é considerado apenas participante da ação, mas converte-se em “sujeito que observa e é observador do contexto da ação”¹³ É portanto, a concepção da “meta-observação” da cidade. Com o foco centrado no olhar do cidadão sobre e para a cidade, uma visão subjetiva sobre a realidade urbana confere ao cidadão-observador um sentido visual qualitativo, capaz de perceber e identificar um universo mutável de significados presentes na imagem da paisagem urbana.

A cidade compreendida a partir de suas estruturas físicas, edificadas ou não, revela em si mesma uma gama de signos do imaginário coletivo e individual dos seus habitantes, interagindo na vida social e refletindo na transformação dessas imagens em relação ao espaço urbano. A imagem e a interpretação da paisagem urbana começam a ser utilizadas como forma de abordar a contextualização do projeto destinado aos espaços da cidade em sua morfologia urbana.

No que se refere à dimensão simbólica dos espaços urbanos, a valorização das imagens e identidades amplia-se para além dos limites da percepção cotidiana de vida dos cidadãos, possibilitando uma maior conscientização sobre as referências do “lugar” e onde o olhar atento revela a construção dos signos do imaginário.¹⁴

Na atualidade, com a aceleração das mudanças sociais, econômicas e ideológicas têm sido apagadas rapidamente as expressões históricas, instalando-se uma espécie de amnésia social. O sentido de “lugar”, onde a expressão dos processos naturais anteriores à urbanização crescente podem ser revividos em segmentos simbólicos no projeto da cidade, nos lembram onde estamos e vivemos. Identificar características dos

14 LYNCH, Kevin, 1960, p. 17.

15 PEREIRA LEITE, M. A. Faggin, 1993, p. 25.

processos naturais e criar formas urbanas relacionadas com eles, pode resultar espaços públicos urbanos mais adequados à humanização da vida social.¹⁵

Nesse sentido, a compreensão da importância dos espaços públicos urbanos nas concepções de projeto da cidade, ao longo da história cultural das sociedades humanas, comprova a crença de que o contato com suporte “natureza” é simbólico e significativo na vida dos usuários e que a cidade não é uma entidade independente dos processos naturais.¹⁶

16 LAURIE, M., 1989, p. 48.

A concretização do significado que as imagens do ambiente urbano, consideradas como o resultado bilateral entre o observador e o suporte físico “natureza”, evidencia uma questão importante no sentido de melhor avaliar critérios de intervenção e padrões estéticos na paisagem urbana.

A cidade, ao sugerir distinções e relações sócioespaciais, propõe ao usuário do urbano que selecione, organize e dote de sentido aquilo que vê. A imagem, assim percebida, limita e dá ênfase ao que é visto, enquanto ela própria é posta à prova num processo de constante interação.

Assim, os significados da imagem de uma dada realidade urbana pode variar entre diferentes observadores. Como exemplo, dentre as inúmeras formas de observar a cidade e seus símbolos edificados, tem-se o ponto de vista técnico e estético do arquiteto e urbanista.

Esse olhar perceptivo e projetivo do arquiteto e urbanista, situado dentre outros campos de especialização, se superpõe com a condição de cidadão comum e, ao mesmo tempo, distingue-se dessa participação social, formulando propostas de intervenção urbana para outros cidadãos.

Nesse aspecto particular, evidencia-se a questão da formação acadêmica do arquiteto e urbanista reavaliando a sua forma de

atuação profissional nos processos temporais e espaciais da paisagem urbana.

Cabe destacarmos a importância e o significado dos espaços livres públicos, que projetados na maioria das vezes para atender a um único propósito, tornam-se repetitivos e desagradáveis, se tivessem sido criados pelos especialistas de uma forma mais criativa e adequada ao usuário. Esse referencial não é de ordem meramente formal, mas de natureza estrutural, uma vez que a percepção do “lugar”, poderia ser melhor compreendida e identificada através da observação atenta em relação à participação do usuário e da comunidade.

Espaços públicos urbanos rejeitados ou deteriorados, frequentemente resultam da incapacidade de seu projeto estimular o interesse do usuário, impossibilitando interações sociais e adequação às mudanças ao longo do tempo.¹⁷

A percepção do cenário urbano e a perspectiva de adoção de novas concepções sobre a cidade, com vistas às preocupações de criação e de preservação paisagística e ambiental, evidencia que o projeto da paisagem urbana não está dissociado de uma concepção filosófica e técnica do arquiteto e urbanista.

Atualmente, a face cosmopolita das cidades mostra, cada vez mais, a necessidade de se incorporar ao planejamento e projeto da paisagem urbana o valor da dimensão simbólico-representativa do imaginário social. Sem ela, quer seja de natureza coletiva ou individual, exclui dos projetos propostos para a cidade toda a riqueza presente nos signos e nos significados culturais dos espaços urbanos e, conseqüentemente, das referências histórico-culturais da cidade.

As mudanças profundas no modo de vida e nas necessidades sociais do momento atual, nos fazem reconhecer as transformações ocorridas na espacialidade e na imagem da cidade pelos seus habitantes e vice-versa. A forma, a estrutura

¹⁷ PEREIRA LEITE, M. A. Faggin, 1993, p. 26.

¹⁸ SANTOS, Milton, 1985, p. 6.

e a função dos espaços urbanos têm alterado a natureza simbólica e o seu significado na vida das pessoas, conduzidas não somente pela racionalidade da lógica produtiva e de consumo capitalista, mas também pelo imaginário social repleto de valores simbólicos.¹⁸

CONCLUSÕES

A perspectiva de pensar que os espaços livres públicos sejam propostos de forma mais adequada e criativa, tecnicamente coerentes, capazes de corresponderem à expectativa das diferentes necessidades sociais em termos de fluência e uso, constitui requisito importante por parte da concepção não apenas do arquiteto e urbanista, mas abrangendo outros campos de especialização profissional.

Nesse sentido, talvez seja possível conceber novas estratégias de pensar a cidade, não apenas pela ótica dos grupos dominantes existentes na sociedade, mas a partir de paradigmas e propostas que busquem interpretar os anseios culturais presentes na diversidade social.

Os projetos para cidade e a perspectiva de obtenção de uma melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes, possivelmente, podem encontrar como pressupostos éticos e estéticos a apropriação da dimensão simbólica do imaginário social.

Desse modo, a percepção que envolve a questão da cidade e seu imaginário, talvez seja ampliada se alcançarmos a fronteira entre as diversas realidades existentes e o conjunto de signos relacionados aos anseios coletivos e individuais do usuário da cidade, através de uma ampla e efetiva participação democrática.

Portanto, o olhar para os espaços da cidade possibilita em cada um de nós desenvolver uma sensibilidade da percepção visual,

permitindo construir no tempo novas concepções estéticas originadas no campo do imaginário social.

Nesse sentido situa-se a questão do paisagismo que tem a oportunidade de desempenhar o papel de qualificação espacial, modificando radicalmente a reflexão sobre a paisagem e os padrões estéticos das propostas de intervenção antrópica.

BIBLIOGRAFIA

- CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
- CANEVACCI, Massimo. *A cidade polifônica: Comunicação urbana*. São Paulo: Nobel, 1993.
- CLIFFORD, J. *The poetics and politics of ethonography*. Berkeley: University of California Press.
- GLUSBERG, Jorge. Los signos de la ciudad y una poética del entorno. Buenos Aires, *Revista de Estética*, n. 5/6, p. 79-85, 1987.
- LEITE, M. A. Faggin. Natureza e participação social, uma nova estética para o desenho urbano. São Paulo. *Revista Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo/FAUUSP*, n. 3, p. 19-26, jul. 1993.
- LYNCH, Kevin. *Image of the city*. Cambridge: MIT Press, 1960.
- MACEDO, Silvio Soares. Paisagismo e paisagem urbana – Experiência de ensino. Brasília, *Cadernos Brasileiros de Arquitetura*, n. 12, p. 87-98, set. 1984.
- _____. *Os espaços livres de edificação e o desenho da paisagem urbana*. Brasília: CNPq/Finep/Editora Pini, jun., p.103-110, 1986.
- _____. O processo de verticalização e a paisagem da cidade. *Revista Sinopses*, São Paulo, n. 15, p. 68-76, jun., 1991.
- McHARG, Ian. *Design with nature*. New York: The Natural History Press, 1969.
- MERA, Adina. Paisagem urbana e a forma da cidade. Rio de Janeiro: *Revista de Administração Municipal*, n. 78, 1986.
- QUEIROGA, Eugênio Fernandes. A paisagem urbana: Necessita-se compreender como se forma? São Paulo, *Revista Paisagem e Ambiente – Ensaios III*, FAUUSP, p. 41-46, 1990.
- SANTOS, Milton. Da sociedade a paisagem. São Paulo, *Revista de Arquitetura Chão*, n. 8, p. 15-17, nov., 1978.
- _____. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- TUAN, Yu-Fu. *Espaço e lugar: A perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983.